

**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO**

1. O CARTÃO DE RESPOSTAS deve ser assinado pelo candidato e o TIPO DE PROVA deve ser indicado, sob pena de prejuízo irreparável ao seu resultado neste processo seletivo.
2. Quando autorizado pelo fiscal da sala, confira se o caderno contém: 40 questões de múltipla escolha, com quatro opções cada: a, b, c e d; duas questões subjetivas, com espaço para o rascunho na prova.
3. Antes de iniciar a prova, confira o caderno. Caso esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição. Reclamações posteriores não serão aceitas.
4. Preencha com atenção e letra legível o campo de identificação contido na parte inferior desta página.
5. Não será permitida consulta a qualquer tipo de texto, nem empréstimo ou comunicação entre os candidatos durante a realização das provas.
6. A duração da prova é de 4 (quatro) horas, não prorrogável, incluído o tempo destinado à identificação e ao preenchimento das respostas.
7. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
8. Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e entregue o caderno de provas e as folhas de respostas das provas objetiva e subjetiva.
9. Por motivo de segurança, somente durante os 60 (sessenta) minutos que antecederem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS.
10. O não atendimento a qualquer uma das determinações constantes do caderno de prova ou orientações passadas durante o exame poderá implicar na eliminação do candidato.
11. A divulgação do gabarito será realizada através do site <http://www.prrn.mpf.mp.br/concursos/estagiarios/2014/>. Os eventuais recursos deverão ser interpostos através de formulário disponível no mesmo endereço eletrônico, exclusivamente nos dias 30/09 e 01/10/2014.

BOA PROVA!

CPF

INSTITUIÇÃO DE ENSINO

NOME

### DIREITO CIVIL

1. Pedro, nascido em 20 de janeiro de 1999, filho de Gabriel, ingressou com pleito administrativo para concessão de pensão previdenciária em razão da morte do seu pai, o qual foi indeferido definitivamente na data de 10 de fevereiro de 2009, ao argumento da ausência de condição de segurado especial (agricultor) de seu genitor. Em 20 de fevereiro de 2014, por sua vez, devidamente representado por sua genitora, Pedro ingressou com ação ordinária, pleiteando o benefício previdenciário. Em contestação, além de apontar a ausência do preenchimento da condição de segurado, argumentou o INSS, preliminarmente, que prescreveu o direito de ofertar a ação, nos moldes do Decreto n° 20.910/32 (Artigo 1°. As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem). A partir das premissas supra indicadas, é possível se afirmar:

- a) decorreu o prazo prescricional.
- b) não decorreu o prazo prescricional, considerando o marco interruptivo do julgamento administrativo.
- c) não decorreu o prazo prescricional considerando que o prazo, nesse caso, seria de dez anos, tal como as dívidas tributárias do INSS.
- d) não se iniciou o curso do do prazo prescricional por força da incapacidade absoluta de Pedro.

2. Considerando a função social da propriedade privada, é **CORRETO** se afirmar que:

- a) qualquer do povo pode se valer da propriedade particular de outrem, ao argumento da relativização de todos os seus atributos.
- b) exige-se do proprietário de um bem

imóvel a observância das regras ambientais pertinentes, não podendo construir estabelecimento potencialmente poluidor em área de preservação permanente sem licenciamento ambiental.

- c) permite-se a aquisição da dominialidade de área de marinha pertencente à União, a qual, inclusive, é usucapível.
- d) o direito de propriedade é absoluto, cabendo ao seu proprietário fruir e usufruir livremente de seu domínio.

3. Quanto a responsabilidade civil por dano ambiental, é **CORRETO** se afirmar que:

- a) não se exige o requisito do nexo de causalidade.
- b) trata-se de responsabilidade subjetiva.
- c) trata-se de responsabilidade objetiva, e, conforme jurisprudência recente do Superior Tribunal de Justiça, informada na teoria do risco integral.
- d) deve ser averiguada a presença do dolo ou da culpa na conduta do infrator.

4. Assinale a opção **INCORRETA**:

- a) as normas de direito internacional privado constantes da Lei de Introdução tem como sua principal finalidade a solução de conflitos de jurisdição, tratando, dentre outras questões, da eficácia internacional de um direito adquirido em um país que pode ser reconhecido e exercido em outro.
- b) a Lei de Introdução é um código de normas que não tem por conteúdo qualquer critério de hermenêutica jurídica.
- c) a despeito da denominação original, a Lei de Introdução não se aplica somente as normas civis, mas a toda e qualquer norma do ordenamento jurídico brasileiro, contendo princípios sobre as leis em geral.
- d) a norma jurídica, ainda que vigente, poderá ser faticamente ineficaz, como no caso de uma norma temporária, que tem por finalidade regradar situações

existentes em um determinado período temporal.

5. João ingressou com ação de usucapião de imóvel adquirido por contrato de compra e venda particular de José, em nome do qual se encontra matriculado imóvel localizado em cidade litorânea. No curso da ação de usucapião, quando da manifestação da União, comprovou-se que o bem se tratava de terreno de marinha, pertencente na sua totalidade a União, o que determinou o envio dos autos a Justiça Federal. Considerando a situação retro indicada é possível se afirmar que:

- a) a matrícula do bem em nome do particular José deve persistir, em razão da presunção absoluta de veracidade do registro imobiliário.
- b) apesar da situação apresentada, a propriedade do bem permanece usucapível.
- c) evidencia-se uma hipótese de nulidade de pleno direito do registro do imóvel em nome de um particular.
- d) a União precisará ingressar com ação anulatória do registro imobiliário, sob pena de perder sua propriedade para João.

#### DIREITO ADMINISTRATIVO

6. Sobre a organização administrativa da União é possível se afirmar que:

- a) o Ministério da Justiça constitui-se em órgão autônomo da Administração Indireta, possuindo ampla autonomia técnica e financeira.
- b) o Departamento Nacional de Obras contra as Secas, na condição de ente autárquico, componente da Administração Direta pode, excepcionalmente, fazer-se representar por meio de procuradores federais.
- c) a Petrobrás, enquanto sociedade de economia mista, sujeita-se necessariamente

as regras de submissão a concurso público e da necessidade de procedimento licitatório nos moldes da Lei 8.666/93 quando da aquisição de compras e serviços, conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

- d) o Conselho Regional de Medicina constituiu-se em autarquia profissional federal e, nessa condição sujeita-se aos regramentos pertinentes aos servidores públicos federais, tais como exigência de concurso público, proibição de acumulação de cargos e funções, teto remuneratório, dentre outros.

7. Analise as assertivas abaixo:

I) A par da regra da submissão ao procedimento licitatório, permite-se, em hipóteses excepcionais, previstas na Lei 8.666/93, a dispensa ou a declaração de inexigibilidade de sua realização, não se exigindo, no entanto, procedimento formal no qual se demonstre faticamente a sua adequação às hipóteses legalmente previstas.

II) Uma compra de equipamentos para a ANATEL no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) poderá ser realizada por meio de dispensa de procedimento licitatório em razão do pequeno valor, conforme disposição constante da Lei 8.666/93.

III) A realização de obras de construção de dez postos de saúde, com fulcro em um mesmo convênio firmado entre um Município e o Ministério da Saúde, poderá realizar-se na modalidade de Convite se cada obra foi orçada individualmente no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

IV) a inexistência fática da situação emergencial propalada para fins de dispensa de licitação permite a responsabilização do gestor público pela prática de ato de improbidade administrativa.

São **CORRETAS** as seguintes afirmativas:

- a) I e II.

- b) II e IV.
- c) I e III.
- d) II e III.

8. Sobre a prestação de serviços públicos é **INCORRETO** se afirmar que:

- a) permite-se ao concessionário suspender imediatamente a não prestação do serviço, no caso de inadimplemento pecuniário pela Administração, por força da cláusula da exceptio non adimplenti contractus.
- b) concede-se a Administração a prerrogativa de encampação dos equipamentos necessários a realização de serviço público para fins de assegurar a continuidade do serviço, sobremodo no caso de evidente não prestação pelo concessionário.
- c) o serviço postal enquadra-se como serviço de prestação obrigatória pelo Estado, com exclusividade, a despeito da condição de empresa pública da ECT.
- d) a Lei 8.987/95 (Lei de Concessões) permite a outorga de poderes a concessionária de energia para promover diretamente as desapropriações dos imóveis necessários a prestação do serviço público de fornecimento de energia elétrica.

9. Analise as proposições abaixo:

- I) Os bens de uso comum do povo podem ser usados indistintamente por todos os indivíduos, impedindo-se, como regra, a sua utilização exclusiva e permanente por qualquer que seja, permitindo-se aquela realizada a título precário e mediante prévia autorização do poder público.
- II) Permite-se a alienação de um bem público dominical sem qualquer outra formalidade além de sua anterior desafetação da finalidade pública a qual era anteriormente destinado.
- III) Possibilita-se a cessão do uso de um bem público a uma organização social, de

forma gratuita, com a finalidade de desenvolver atividade de nítido interesse para a coletividade, afeta às finalidades daquela entidade.

IV) Uma determinada propriedade particular na qual se encontrem pinturas rupestres datadas de 10 mil anos deverá ser necessariamente objeto de desapropriação, ainda que a sua preservação permita a utilização do bem em sua finalidade própria, exclusive a área onde se localizem os resquícios arqueológicos, que compõem a propriedade da União.

São **CORRETAS** as seguintes assertivas:

- a) I e II.
- b) II e IV.
- c) I e III.
- d) II e III.

10. Assinale a opção **CORRETA**:

- a) todos os agentes políticos tem como origem de seu vínculo ao Estado a eleição popular.
- b) os servidores públicos efetivos somente podem ser demitidos por meio de ação de improbidade administrativa.
- c) permite-se a um professor da universidade federal acumular legalmente, desde que haja compatibilidade dois cargos de médico, um do Estado e outro do Município.
- d) permite-se ao Estado, pela via legislativa (lei ordinária, complementar ou emenda constitucional, conforme o caso), alterar ou extinguir benefícios e vantagens, não havendo direito jurídico à manutenção do regime jurídico estatutário.

11. Analise as assertivas seguintes:

- I) Conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, ainda que a limitação administrativa imposta a um bem particular afete-o de tal modo a impedir o seu

uso regular não é cabível indenização.

II) Quando a desapropriação indireta de um determinado bem de valor histórico travestir-se de tombamento, no caso das restrições impostas ao direito de propriedade impedir o seu exercício, caberá indenização.

III) Permite-se ao Tribunal de Contas da União, dentre outras atribuições, fiscalizar a aplicação de recursos repassados a Município por meio de convênio firmado com a Secretaria de Estado da Justiça.

IV) Reconhece-se a responsabilidade subjetiva do ente federal na hipótese de tratamento médico inadequado, ministrado por servidor público, em hospital mantido pela União.

Apresenta-se como **CORRETA** a seguinte assertiva:

- a) I
- b) II
- c) III
- d) IV

### DIREITO CONSTITUCIONAL

12. A República Federativa do Brasil tem por fundamentos:

- a) a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.
- b) constituir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- c) a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores cristãos e o pluralismo político.
- d) constituir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento

nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem da maioria, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

13. Marque a alternativa correta:

- a) A idade mínima para concorrer ao cargo de vereador é de 21 anos de idade.
- b) Condenação criminal transitada em julgado suspende os direitos políticos enquanto durarem seus efeitos.
- c) O militar é inalistável e inelegível para todos os cargos públicos.
- d) Os analfabetos são alistáveis e elegíveis.

14. Faça a correlação entre os conceitos (sentidos) de Constituição com os respectivos conteúdos e, ao final, assinale a alternativa **CORRETA**:

I - Carl Schmitt distinguiu Constituição de lei constitucional. Constituição, para ele, restringe-se ao conjunto de normas que representam a decisão política fundamental (estrutura e órgãos do Estado, direitos individuais, vida democrática etc.); as leis constitucionais seriam os demais dispositivos inseridos no texto do documento constitucional, mas que não contêm matéria de decisão política fundamental.

II - Neste conceito, semelhante ao de Constituição para Schmitt, é considerada constitucional a norma que define e trata das regras estruturais da sociedade, de seus alicerces fundamentais (formas de Estado, governo, seus órgãos etc.). Seria possível, assim, encontrar normas constitucionais fora do texto constitucional, pois o que interessa é o conteúdo da norma, e não a maneira pela qual ela foi introduzida no ordenamento interno.

III - Para Hans Kelsen, a Constituição tem o seu fundamento de validade na norma hipotética fundamental, norma suposta (não editada por nenhum ato de autoridade) que é fundamento de validade de todo o sistema e que determina a todos a obediência à Constituição. A partir daí, estabelece-se um escalonamento de normas em verticalidade hierárquica: a norma de hierarquia inferior busca o seu fundamento de validade na norma superior e esta, na seguinte, até chegar à Constituição, que, por sua vez, busca seu fundamento naquela norma hipotética.

IV - A Constituição, para Ferdinand Lassalle, seria a somatória dos fatores reais de poder dentro de uma sociedade e, assim, só seria legítima se representasse o efetivo poder social, ou as forças sociais que constituem o poder. Caso contrário, seria ilegítima, uma “simples folha de papel”.

V - Neste sentido, é considerada constitucional qualquer norma introduzida no ordenamento jurídico por meio mais dificultoso do que o procedimento de elaboração das normas infraconstitucionais. Aqui, importa o modo como a norma foi introduzida, não o seu conteúdo.

- ( ) sociológico
- ( ) político
- ( ) formal
- ( ) jurídico
- ( ) material

A sequência **CORRETA** é a seguinte:

- a) IV, I, V, III e II.
- b) II, IV, III, V e I.
- c) IV, II, III, V e I.
- d) III, II, I, V e IV.

15. Analise se são verdadeiras ou falsas as assertivas a seguir:

I - O preâmbulo da Constituição Federal de 1988 não tem relevância jurídica, não tem

força normativa, não cria direitos ou obrigações, não tem força obrigatória, servindo, apenas, como norte interpretativo das normas constitucionais.

II - O preâmbulo não poderá prevalecer contra texto expresso da Constituição Federal, e tampouco poderá ser paradigma comparativo para declaração de inconstitucionalidade.

III - O ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) tem natureza de norma constitucional e poderá, portanto, trazer exceções às regras colocadas no corpo da Constituição.

IV - Uma associação, legalmente constituída e em funcionamento há mais de um ano, vê violado um direito líquido e certo seu por ato abusivo de autoridade pública. Para defender tal direito, essa associação deve lançar mão de um mandado de segurança individual.

V - A Constituição Federal assegura as garantias do contraditório e da ampla defesa, com os meios e os recursos a ela inerentes, aos litigantes e aos acusados em geral não apenas em processos judiciais como também nos processos administrativos.

A alternativa **CORRETA** é a seguinte:

- a) São verdadeiras as assertivas II e IV.
- b) São verdadeiras as assertivas III e V.
- c) São verdadeiras as assertivas I, III e IV.
- d) Todas estão corretas.

16. Sobre o controle de constitucionalidade, julgue verdadeiras ou falsas as assertivas a seguir e, ao final, assinale a alternativa **CORRETA**:

- ( ) O controle preventivo de constitucio-

nalidade é o realizado durante o processo legislativo de formação do ato normativo, podendo ser efetuado pelo Legislativo (pelas suas Comissões de Constituição e Justiça ou pelo plenário da Câmara ou do Senado) e pelo Executivo (pelo Presidente da República quando da sanção ou veto do ato normativo), mas não pelo Judiciário, que só exerce o controle repressivo da constitucionalidade (difuso ou concentrado).

( ) O Presidente da República, uma vez reconhecendo ser constitucional a lei aprovada pelo Congresso Nacional, não poderá vetá-la alegando questões de conveniência e oportunidade, pois isso violaria o princípio da separação dos poderes, que coloca o Legislativo como o Poder responsável pela edição das leis, a quem cabe a análise dessas questões quando da sua criação.

( ) O controle repressivo da constitucionalidade pode ser realizado pelo Judiciário (através da declaração de compatibilidade ou não de normas infraconstitucionais com a Constituição Federal), pelo Legislativo (que pode sustar os atos normativos do Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativo) e pelo Executivo (cujos chefes podem determinar aos seus órgãos subordinados que deixem de aplicar administrativamente as leis ou atos com força de lei que considerem inconstitucionais).

( ) O Tribunal de Contas da União, embora não pertença ao Poder Judiciário, pode, no exercício de suas atribuições, apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do Poder Público nos casos concretos que lhe são apresentados.

( ) É possível a declaração de inconstitucionalidade de uma norma constitucional

originária (nascida com a própria Constituição, não através de Emenda se ficar caracterizado que ela conflita, por exemplo, com normas constitucionais de maior hierarquia, como aquelas que estabelecem os direitos e garantias individuais).

A sequência **CORRETA** é a seguinte:

- a) V, V, V, F, V
- b) V, F, V, F, V
- c) V, V, F, F, F
- d) F, F, V, V, F

17. Sobre os direitos e garantias fundamentais, analise as assertivas abaixo:

I - São direitos de primeira geração aqueles inerentes ao homem (ex: liberdade, vida, propriedade, manifestação e voto); de segunda geração, os voltados à proteção da coletividade (ex: direito a um meio ambiente equilibrado, a uma saudável qualidade de vida, à conservação do patrimônio histórico e cultural e a outros direitos difusos); de terceira geração, também conhecidos como direitos sociais, econômicos e culturais, os que demandam do Estado prestações positivas (direito à saúde, ao trabalho, à educação, direito de greve, ao seguro social, ao amparo na velhice etc.).

II - São características dos direitos e garantias fundamentais: historicidade (possuem caráter histórico, passando pelas diversas revoluções e chegando aos dias atuais); inalienabilidade (não é possível sua transferência a qualquer título); irrenunciabilidade (não estão na disposição do seu titular, que não pode abrir mão de sua existência); imprescritibilidade (não se perdem com o decurso do tempo); e) ilimitabilidade (tais direitos são absolutos, não podendo sofrer limitação ou ponderação de qualquer espécie); e f) universalidade

(destinam-se, de modo indiscriminado, a todos os seres humanos).

III - Embora o caput do art. 5º da CF faça menção apenas aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País quando estabelece a quem os direitos e garantias constitucionais se destinam, prevalece o entendimento de que os estrangeiros não residentes que estejam no território nacional têm acesso, por exemplo, a algumas ações constitucionais para a defesa de direitos, como o habeas corpus.

IV - À luz do princípio da isonomia, a proibição genérica de acesso a determinados cargos públicos tão-somente em razão da idade do candidato constitui-se em flagrante inconstitucionalidade, mas é admitida pelo ordenamento quando estiver justificada pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.

V - É inconstitucional a exigência da prestação de serviços alternativos àquele que se recusa a prestar o serviço militar por motivo de crença religiosa, uma vez que a Constituição, no art. 5º, VIII, prevê plena liberdade de credo religioso, e ninguém pode ser privado de um direito pelo fato de estar exercitando outro direito.

Estão **CORRETAS** as assertivas:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) IV e V.

18. Julgue verdadeiras ou falsas as assertivas abaixo e, ao final, assinale a alternativa **CORRETA**:

I - Segundo a Constituição de 1988, o Poder Judiciário deverá preencher um quinto das vagas de todos os seus Tribunais com

membros do Ministério Público, com mais de 10 anos de carreira, e advogados de notório saber jurídico e reputação ilibada, com mais de 10 anos de efetiva atividade profissional.

II - O Ministério Público tem, dentre suas funções institucionais, a de promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei, o que significa dizer que só o Ministério Público é legitimado à propositura desta ação.

III - A despeito de não ter competência jurisdicional e de ser um órgão de controle externo do Poder Judiciário, cabendo-lhe apenas o controle da sua atuação administrativa e financeira, o Conselho Nacional de Justiça é considerado um dos órgãos do Poder Judiciário.

IV - Aos juízes federais compete processar e julgar os crimes praticados em detrimento dos bens, serviços ou interesses do Banco do Brasil.

V - Conquanto seja um órgão mantido pelo Estado, a Defensoria Pública, diferentemente do Ministério Público, não pode expedir requisições, isto é, ordens dirigidas a órgãos públicos ou pessoas físicas ou jurídicas para que prestem informações ou enviem documentos, porque o que ela exerce, na realidade, é a advocacia - no caso, de pessoas necessitadas -, e os advogados não detêm tal poder.

A sequência **CORRETA** é a seguinte:

- a) V, V, V, F, V
- b) V, F, V, F, V
- c) V, V, F, V, F
- d) F, F, V, F, V

### DIREITO PENAL

19. “Cidão Bandido”, cidadão brasileiro, passava férias em Paris, quando, ao saber da visita da Presidenta da República do Brasil àquele País, resolveu atentar contra a vida da Presidenta. Por esse crime, “Cidão Bandido” foi processado e julgado na França, sendo condenado. Mesmo assim, aqui no Brasil, após aquela condenação, foi instaurado também processo criminal contra “Cidão Bandido” pelo mesmo fato pelo qual foi ele condenado na França, resultando na condenação dele também aqui no Brasil, segundo as nossas leis. Com base nos dados fornecidos, segundo o Código Penal pátrio, afigura-se **CORRETO** afirmar que:

- a) “Cidão Bandido” poderia ter sido julgado no Brasil, de acordo com as leis brasileiras, sem que para isso dependesse do implemento de qualquer condição, já que praticou crime contra a vida da Presidenta da República.
- b) “Cidão Bandido” poderia ter sido julgado no Brasil, mas desde que houvesse requisição do Ministro da Justiça.
- c) “Cidão Bandido” poderia ter sido julgado no Brasil, mas desde que houvesse autorização da França.
- d) “Cidão Bandido” não poderia ter sido julgado no Brasil, porquanto já foi condenado na França, o que configuraria bis in idem.

20. Com relação à aplicação da lei penal, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) quanto ao tempo do crime, o Código Penal adotou a teoria da ubiquidade, pela qual considera-se praticado o crime no momento da ação ou do resultado.
- b) a lei posterior, que de qualquer modo favoreça o agente, aplica-se aos fatos

anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

- c) ocorre a abolitio criminis quando a lei nova deixa de considerar determinado fato como crime, ocasionando a extinção da punibilidade dos fatos ocorridos anteriormente à edição da lei nova.
- d) ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra a administração pública, por quem estiver a seu serviço.

21. Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) no direito penal pátrio, a pessoa jurídica pode ser sujeito ativo de crimes ambientais, de lavagem de dinheiro e contra o sistema financeiro nacional.
- b) na Lei n.º 9.613/1998 (Lavagem de Dinheiro), pode ser considerada infração penal antecedente toda e qualquer infração penal, incluindo-se as contravenções penais.
- c) na contagem de prazo penal, o dia do começo não se inclui no cômputo do prazo.
- d) ocorre concurso formal de crimes quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não.

22. Sobre a Lei n.º 11.343/2006 (Lei de Drogas), com pertinência às afirmações abaixo, assinale a alternativa **CORRETA**:

- I) o juiz, na fixação das penas, considerará, com preponderância sobre o previsto no art. 59 do Código Penal, a natureza e a quantidade da substância ou do produto, a personalidade e a conduta social do agente.
- II) não configura crime oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos

a consumirem.

III) é isento de pena o agente que, em razão da dependência, ou sob o efeito, proveniente de caso fortuito ou força maior, de droga, era, ao tempo da ação ou da omissão, qualquer que tenha sido a infração penal praticada, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

IV) há expressa vedação de concessão de livramento condicional ao reincidente específico no caso de crime de tráfico ilícito de drogas.

- a) somente I e IV estão corretas.
- b) somente III e IV estão corretas.
- c) somente I, II e III estão corretas.
- d) somente I, III, e IV estão corretas.

23. Sobre o iter criminis, assinale a alternativa **CORRETA** em relação aos seguintes enunciados:

I) na fase de cogitação, não existe ainda conduta, pois o pensamento é impunível.

II) em regra, os atos preparatórios não são puníveis.

III) a aquisição de arma de fogo para cometimento de um homicídio já pode ser considerado um ato executório desse crime.

IV) nos crimes permanentes, a consumação se prolonga no tempo, independentemente da vontade do agente.

- a) apenas as afirmativas I e II são corretas.
- b) apenas as afirmativas I e IV são corretas.
- c) apenas as afirmativas II e IV são corretas.
- d) apenas as afirmativas I, II e IV são corretas.

24. Segundo a jurisprudência predominante do Superior Tribunal de Justiça, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) é possível o reconhecimento do privilégio previsto no § 2º do art. 155 do Código Penal, nos casos de crime de furto qualificado, se estiverem presentes a primariedade do agente, o pequeno valor da coisa e a qualificadora for de ordem objetiva.
- b) é cabível a aplicação retroativa da Lei n.º 11.343/2006 (Lei de Drogas), desde que o resultado da incidência das suas disposições, na íntegra, seja mais favorável ao réu do que o advindo da aplicação da Lei n.º 6.368/1976 (antiga Lei de Tóxicos), sendo vedada a combinação de leis.
- c) é admissível a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética.
- d) é inadmissível a chamada progressão per saltum de regime prisional.

25. Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) no crime de descaminho, incrimina-se a conduta de importar ou exportar mercadoria proibida.
- b) no crime de moeda falsa, a falsificação grosseira, facilmente perceptível, não configura o delito, podendo, nesse caso, constituir crime de estelionato.
- c) é da jurisprudência predominante do Superior Tribunal de Justiça que é permitido ao juiz oferecer a proposta de transação penal, de ofício ou a requerimento da parte, sem a iniciativa do representante do Parquet.
- d) para efeitos penais, o conceito de funcionário público é igual aquele extraído do Direito Administrativo.

26. Epaminondas, terceirizado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), no primeiro dia de exercício, sub-

traí um celular do interior daquela autarquia que estava em cima da mesa de um dos gabinetes (sendo um aparelho funcional usado por um professor), sem que ninguém percebesse sua atuação. Com base nos dados fornecidos, segundo o Código Penal pátrio, afigura-se **CORRETO** afirmar que:

- a) Epaminondas cometeu crime de estelionato.
- b) Epaminondas cometeu crime de furto.
- c) Epaminondas cometeu crime de peculato.
- d) Epaminondas cometeu crime de apropriação indébita.

### PROCESSO CIVIL

27. A ação X e a ação Y possuem em comum o objeto. A ação W e Z possuem identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o objeto da ação W, por ser mais amplo, abrange o da ação Z. Neste caso,

- a) as ações X e Y serão conexas e dar-se-á a continência das ações W e Z.
- b) as ações W e Z serão conexas e dar-se-á a continência das ações X e Y.
- c) as ações X e Y, bem como as ações W e Z serão conexas.
- d) dar-se-á a continência das ações X e Y, bem como das ações W e Z.

28. Leia atentamente as situações abaixo descritas.

Situação A: Divulgação de propaganda enganosa sobre determinado produto ou serviço.

Situação B: Cobrança ou aumento ilegal de mensalidade escolar de um determinado estabelecimento educacional.

Em relação a essas situações, analise as assertivas.

- a) Na situação A, o ajuizamento de ação coletiva objetivando a suspensão liminar e a cessação definitiva de divulga-

ção trata-se de pretensão difusa; com base no mesmo fato lesivo (divulgação da propaganda enganosa, é cabível a cumulação de pedido condenatório de cunho patrimonial (devolução do preço, indenização) em favor dos consumidores lesados (pretensão individual homogênea).

- b) Na situação B, o ajuizamento de ação coletiva objetivando cessar a prática ilegal ou inconstitucional e atender às exigências e parâmetros legais trata-se de pretensão difusa; com base no mesmo fato lesivo (cobrança ilegal), é cabível a cumulação de pedido de devolução da diferença ou do total pago indevidamente pelos alunos (pretensão individual homogênea).

- c) Na situação A, o ajuizamento de ação coletiva objetivando a suspensão liminar e a cessação definitiva de divulgação trata-se de pretensão difusa; no entanto, com base no mesmo fato lesivo (divulgação da propaganda enganosa, não é cabível a cumulação de pedido condenatório de cunho patrimonial (devolução do preço, indenização) em favor dos consumidores lesados (pretensão individual homogênea).

- d) Na situação B, o ajuizamento de ação coletiva objetivando cessar a prática ilegal ou inconstitucional e atender às exigências e parâmetros legais trata-se de pretensão coletiva, em sentido estrito; com base no mesmo fato lesivo (cobrança ilegal), é cabível a cumulação de pedido de devolução da diferença ou do total pago indevidamente pelos alunos (pretensão individual homogênea).

29. A respeito da ação civil pública, assinale a opção **CORRETA**:

- a) Caso ocorra, na ação civil pública, a extinção do processo sem resolução do mérito ou seja julgado improcedente o pedido, mesmo que não conste da sen-

tença revogação expressa da liminar, esta se encontra revogada, ainda que se tenha interposto recurso recebido no efeito suspensivo.

- b) O Ministério Público não possui legitimidade para propor ação civil pública visando à proteção do patrimônio de sociedade de economia mista, pois a defesa judicial do patrimônio público é atribuição dos órgãos da advocacia dos entes públicos.
- c) O sindicato e a associação civil têm legitimidade ativa para propor ação civil pública que tenha por objeto a cobrança indevida de tributo, taxa ou multa, desde que seja de interesse de seus associados e esteja incluída, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao consumidor e à ordem econômica.
- d) Caso sejam propostas separadamente duas ações civis públicas em defesa do interesse dos consumidores, com o mesmo pedido, perante juiz federal e juiz estadual, respectivamente, em desfavor de pessoas jurídicas diferentes, estas deverão ser reunidas, perante o juízo prevento, para julgamento conjunto.

30. Em relação ao instituto da conexão processual, podemos afirmar que a seguinte alternativa está **CORRETA**:

- a) Correndo em separado ações conexas perante juízes sem a mesma competência territorial, considera-se prevento aquele que despachou em primeiro lugar.
- b) De acordo com o art. 105 do CPC, havendo conexão ou continência, o juiz, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, deve ordenar a reunião de ações propostas em separado a fim de que sejam decididas simultaneamente.
- c) Existindo conexão entre duas ações que tramitam perante juízos diversos, configurada pela identidade do objeto ou da

causa de pedir, impõe-se a reunião dos processos, a fim de evitar julgamentos incompatíveis entre si. Não se justifica, porém, a reunião quando um dos processos já se encontra sentenciado, pois neste esgotou-se a função jurisdicional do magistrado anteriormente prevento, de acordo com a Súmula 235 do Superior Tribunal de Justiça.

- d) Quando os juízos apresentam competência territorial diversa, a prevenção define-se naquele que primeiro despachar nos autos.

31. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) É defeso, na liquidação, discutir de novo a lide ou modificar a sentença que a julgou.
- b) A liquidação poderá ser requerida na pendência de recurso, processando-se em autos apartados, no juízo de origem, cumprindo ao liquidante instruir o pedido com cópias das peças processuais pertinentes.
- c) Quando a determinação do valor da condenação depender apenas de cálculo aritmético, o credor requererá o cumprimento da sentença, na forma do art. 475-J do CPC, instruindo o pedido com a memória discriminada e atualizada do cálculo.
- d) Da decisão de liquidação caberá agravo de instrumento em caso de liquidação de decisão já transitada em julgado e agravo retido em caso de liquidação pendente de recurso, sem ainda o devido trânsito em julgado.

32. Determinada ação de conhecimento foi ajuizada por Kleber em face de Gilberto. Ao despachar a petição inicial, o juiz deferiu os efeitos parciais da tutela pretendida. Gilberto foi regularmente citado. Em audiência de instrução e julgamento, Gilberto interpôs agravo e, em sentença, o juiz julgou procedente o pedido. A parte

vencida ingressou com apelação que, uma vez recebida pelo juízo a quo, foi remetida ao Tribunal para apreciação do recurso. Partindo dessa narrativa, analise as afirmativas a seguir.

I. Após o recurso de apelação ser interposto, qualquer medida cautelar que venha a ser proposta deverá ser dirigida ao juízo a quo.

II. É lícito à parte interessada promover a execução provisória da sentença caso a apelação tenha sido recebida só no efeito devolutivo.

III - Gilberto poderia ter interposto o agravo, sujeito a preparo, contra decisão prolatada na audiência de instrução e julgamento no prazo de quinze dias.

Assinale:

- a) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- b) se somente a afirmativa III estiver correta.
- c) se somente a afirmativa II estiver correta.
- d) se somente a afirmativa I estiver correta.

33. A respeito da apelação, é **CORRETO** afirmar:

- a) A insuficiência do valor do preparo implicará desde logo deserção, não sendo cabível intimação do recorrente para fins de complementação.
- b) Será recebida nos efeitos suspensivo e devolutivo a apelação interposta de sentença que conceder mandado de segurança.
- c) A apelação interposta por um devedor, havendo solidariedade passiva, aproveitará aos outros, quando as defesas opostas ao credor lhes forem comuns.
- d) Os pressupostos da admissibilidade do recurso não podem ser reexaminados pelo juiz após a resposta do apelado.

## PROCESSO PENAL

34. Analise a seguinte situação:

Felipe furtou 4 (quatro) envelopes de papel da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (CORREIOS), Agência do Município de Natal-RN. Os envelopes furtados custavam R\$ 6,00 (seis reais). Felipe foi preso em flagrante delito, e encaminhado imediatamente à Delegacia de Polícia Civil de Natal-RN, tendo a Autoridade Policial lavrado auto de prisão em flagrante e encaminhado este ao Promotor de Justiça Estadual. O Representante do Ministério Público ofereceu denúncia por entender estarem devidamente comprovadas autoria e materialidade delitivas. O Juiz da 50ª Vara Criminal de Natal-RN recebeu a denúncia, e o processo tramitou regularmente. Ao final, Felipe foi condenado a 3 anos e seis meses de reclusão, e multa. A defesa de Felipe, irresignada com a pena imposta, recorreu da sentença requerendo a redução da pena e alegou, ainda, nulidade por incompetência absoluta do juízo da 50ª Vara Criminal de Natal-RN, sustentando que o crime praticado em detrimento das Agências do Correio é de competência da Justiça Federal.

Diante a situação hipotética acima narrada, levando-se em consideração as regras e princípios inerentes ao Direito Processual Penal, é **CORRETO** afirmar que:

- a) Felipe deveria ter sido absolvido pelo Juiz da 50ª Vara Criminal de Natal-RN, o qual deveria ter aplicado o princípio da insignificância, tendo em vista o valor ínfimo dos bens furtados (seis reais). Neste caso, conforme entendimento pacífico do Supremo Tribunal Federal, a aplicação do princípio da insignificância exclui a culpabilidade da conduta.
- b) O delito praticado por Felipe, por en-

- volver bens de pequeno valor, constitui modalidade de contravenção penal que, nos termos da Constituição Federal, são de competência da Justiça Estadual.
- c) Caso o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte julgue procedente o recurso apresentado pela defesa, conhecendo da nulidade arguida, e determine a remessa dos autos à Justiça Federal, o Juiz Federal, ao proferir nova sentença condenatória, não pode ultrapassar a dosimetria imposta pelo Juiz Estadual (3 anos e 6 meses), em face da proibição da reformatio in pejus indireta, tendo em vista que em face de recurso apresentado exclusivamente pela defesa não pode haver agravamento na situação processual do réu.
- d) O Tribunal de Justiça, em análise ao recurso apresentado exclusivamente pela defesa, pode agravar a pena imposta a Felipe, tendo em vista o interesse público maior da correta aplicação da lei penal.
35. Um índio pertencente a uma aldeia localizada no Rio Grande do Norte, envolve-se em uma briga de bar em João Pessoa, acabando por matar um garçom. Qual o juízo competente para o julgamento:
- a) Justiça Federal do Rio Grande do Norte.  
b) Justiça Federal da Paraíba.  
c) Justiça Estadual da Paraíba.  
d) Justiça Estadual do Rio Grande do Norte.
36. Um ex-prefeito da cidade de Riachuelo, quando do exercício do cargo, desviou em proveito próprio, dinheiro público repassado ao município por intermédio de convênio celebrado frente ao Ministério de Integração Nacional. Diante da assertiva, assinale a alternativa que corretamente indica a competência para processar e julgar o caso:
- a) Juízo de direito da comarca de Riachuelo.  
b) Justiça federal da seção judiciária do Estado do Rio Grande do Norte.  
c) Tribunal Regional Federal da 5ª Região.  
d) Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte.
37. Entende-se por encontro fortuito de provas:
- a) o mesmo que por prova emprestada.  
b) o uso da mesma prova, achada por acaso, em várias investigações.  
c) a obtenção de prova de uma infração a partir da busca regularmente autorizada para investigação de outro crime.  
d) a harmonização fortuita de provas em casos diversos.
38. No procedimento comum do processo penal brasileiro, a representação:
- a) é irretratável, depois de oferecida a denúncia.  
b) é irretratável, a qualquer tempo.  
c) é irretratável, depois de recebida a denúncia.  
d) é irretratável, depois de proferida a sentença.
39. São circunstâncias e fundamentos que autorizam a decretação da prisão preventiva:
- a) assegurar a aplicação da lei penal, a conveniência da instrução criminal e a gravidade do crime em abstrato.  
b) a hediondez do crime, garantir a ordem pública e garantir a ordem econômica.  
c) a gravidade do crime, o fato do acusado não possuir carteira assinada e não possuir residência fixa.  
d) assegurar a aplicação da lei penal, garantir a ordem pública e a conveniência da instrução criminal.

40. Com base no CPP, analise os itens a seguir, acerca das nulidades, e assinale a alternativa **CORRETA**:

I - A incompetência do juízo anula somente os atos decisórios, devendo o processo, quando for declarada a nulidade, ser remetido ao juiz competente.

II - A nulidade por ilegitimidade do representante da parte não pode ser sanada mediante ratificação dos atos processuais, sendo necessária a renovação dos atos processuais realizados pelo representante ilegítimo.

III - Nenhum ato deve ser declarado nulo se, da nulidade, não resultar prejuízo para a acusação ou a defesa.

Está **CORRETO** o que se afirma em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) I, II e III.
- d) II e III.

### PROVA SUBJETIVA

41. Gino, menor impúbere, com quatorze anos de idade, portador de **Hemoglobinúria paroxística noturna**, a qual causa o que causa estreitamento dos vasos sanguíneos, fadiga intensa, dor no tórax ou abdome, aumento do risco de trombose, infarto do coração, derrame cerebral, bem como aplasia medular e alterações de produção chamadas de Mielodisplasia, precisa utilizar o medicamento SOLIRIS, no qual cada vidro de 30ml custa mais de 11 mil reais, exigindo-se para o seu tratamento o dispêndio da quantia de mais de 800-mil reais anuais. Descobriu ainda que pacientes como ele podem ser submetidos a um transplante de medula. É uma alternativa muito mais barata (custa cerca de R\$ 50 mil ao SUS) e a única capaz de curar. Apesar disso, nem sequer procurou um doador. Considerou que valia a pena optar

pela nova droga e evitar os riscos da solução tradicional. O transplante cura metade das pessoas que têm HPN. Mas 30% podem morrer ou ter alguma complicação grave. O SOLIRIS não cura, mas reduz a destruição dos glóbulos vermelhos e os sintomas da doença. Ainda assim, não elimina totalmente o risco de trombose. Assim, para fins de garantir a melhora em sua qualidade de vida, ingressou com Ação Ordinária contra a União, Estado e Município, pleiteando o recebimento do medicamento indicado. Considerando o caso acima, analise a possibilidade, capacidade e adequação do fornecimento do medicamento pelo Sistema Único de Saúde, considerando, de um lado, a capacidade financeira do Estado, a quem cabe o fornecimento de ações de saúde a todos os cidadãos, nos moldes do artigo 196 da CF/88 e, de outro, o direito a saúde do menor.

42. Josefo, Diretor de um determinado departamento de uma secretaria estadual, permitiu, em razão de sua negligente atuação na transferência de valores provenientes de um convênio firmado com órgão federal, que o servidor Beco se apropriasse desses valores, fato esses ocorrido em 21 de janeiro de 2010. Na condição de membro do Ministério Público Federal, e ao receber o inquérito policial respectivo, devidamente relatado, na data de 26 de setembro de 2014, indaga-se: a) qual ou quais os delitos praticados? Quais os seus responsáveis? Ainda seria possível responsabilizá-los criminalmente? Em qual juízo, federal ou estadual?; b) houve a prática de ato de improbidade administrativa? Qual ou quais os seus responsáveis? O ato de improbidade praticado gerou enriquecimento ilícito, prejuízo ao erário ou houve lesão a princípios administrativos? Justifique suas respostas



## RASCUNHO

40
50
60